



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ACTA N.º 5/2011

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRA,
REALIZADA NO DIA 20 DE OUTUBRO
DE 2011: -----**

----- Aos vinte dias do mês de Outubro do ano de dois mil e onze, nesta Vila de Mira, na sala de reuniões dos Órgãos da Autarquia, edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Mira, em sessão extraordinária, sob a presidência do Exmo. Sr. Prof. Doutor Fernando de Jesus Regateiro, secretariado pelos Exmos. Srs. Eng.º Calisto de Oliveira Coquim, 1.º Secretário e Sr.ª Sara Raquel Fresco, 2º secretária. Estiveram, igualmente, presentes os deputados Exmos. Srs. Prof. Manuel José Sousa Santos Frade, Eng.º. Carlos Manuel Brites Monteiro, Enf.ª Maria Leonor C. Reigota T. Borralho, Dr. Juan António Figueiredo Apolinário, Dr. Paulo Jorge Santos Grego, Sr. Narciso Patrão António, Dr.ª. Maria da Conceição Oliveira, Dr.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Sr. Pedro Nunes, Sr. Carlos Jorge dos Santos Nora, Dr.ª Zélia Domingues Morais, Dr. José Manuel Fernandes Balugas, Prof.ª Maria Fernanda da Costa Baptista, Dr.ª Ana Maria Barreto Dias, Sr. João Maria Nogueira, Sr. António Cardoso Alberto, Sr. Carlos Alberto dos Santos Milheirão e Sr. Gabriel Pinho. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS: -----

----- A Mesa da Assembleia, no âmbito da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, justificou as faltas dos Srs. deputados municipais Dr. José Carlos Baptista Garrucho, Sr. Ricardo Jorge Mendes da Costa, Dr. Vitor Miguel Seabra Lourenço e o Sr. Albano Manuel da Rocha Lourenço -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----**HORA DE ABERTURA:** Eram quinze horas e vinte minutos quando foi declarada aberta a sessão, tendo sido verificadas as presenças e ausências anteriormente referidas. -----

----- **O Sr. Secretário Calisto Coquim**, na qualidade de presidente da mesa, deu início à sessão. -----

----- O **Sr. presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Doutor Fernando Regateiro** pediu esclarecimentos aos serviços devido ao atraso da inserção dos documentos na plataforma.

----- O **Sr. deputado José Frade (PSD)** apresentou um requerimento à mesa solicitando que o ponto 4 fosse discutido na próxima sessão ordinária da assembleia. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** que começou por manifestar o seu protesto. Disse que ele próprio nunca tinha tido acesso aos documentos. Pediu para que de uma vez por todas a Câmara deixasse de arranjar subterfúgios para não enviar com o tempo devido a documentação necessária para que pudessem dar o seu contributo. -----

----- O **Sr. presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Doutor Fernando Regateiro**, solicitou ao Executivo uma explicação sobre o assunto, primeiro, quais as razões que justificavam o atraso e segundo quais as consequências se o assunto for discutido na próxima assembleia. -----

----- Para responder ao Sr. Presidente da mesa da assembleia Municipal usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que disse que eram duas questões completamente distintas, uma no que dizia respeito à disponibilização de documentos e o outro quanto ao ponto 4 do porque de ter só agora sido submetido a deliberação. -----

----- Relativamente à disponibilização de documentos, explicou que, se não tivesse sido o Sr. deputado Juan António a alertar para a falta dos documentos na plataforma, os documentos não teriam chegado aos deputados da assembleia, porque tinham sido carregados no sítio errado,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

consequência de um erro humano. Agradeceu em nome do Executivo e dos serviços ao deputado Juan António, pois, assim que detectou a falta dos documentos, comunicou e o problema resolveu-se. -----

----- Explicou que apesar de estarem numa sessão de assembleia extraordinária, tinham-se cumprido os prazos, os documentos já tinham ido a Reunião de Câmara, pelo que já estavam elaborados muito antes da presente assembleia. Os grupos municipais, à excepção do MAR que não tinham vereadores eleitos, já poderiam ter tido acesso aos documentos caso quisessem, pedindo-os aos membros do Executivo. -----

----- Reportando-se de seguida à intervenção do Sr. deputado José Balugas, disse que não estava a perceber o protesto, porque o Grupo Municipal do MAR recebia um exemplar da documentação em papel. -----

----- Explicou e disponibilizou-se para em conjunto aceder à plataforma com o Sr. deputado José Balugas, dado que tinha tantas dificuldades em aceder à plataforma, para juntos tentarem perceber o porque da mesma não funcionar, pois era o único deputado com esse problema. -----

----- Reiterou uma vez mais que quanto à disponibilização de documentos, não havia subterfúgios nem “desculpas esfarrapadas”, tinha sim havido um lapso. Ainda, explicou que pelo facto de ser uma reunião extraordinária tinha prazos mais apertados. -----

----- Explicou que o ponto 4 não tinha vindo na agenda da sessão de assembleia municipal anterior, pois estavam perante um caderno de encargos muito complicado. Como tinha havido uma mudança no governo e na política da gestão das Pousadas da Juventude, tinha sido objectivo do Executivo, perguntar à tutela se mantinham a mesma disponibilidade relativamente ao anterior governo, e daí terem tido de aguardar algum tempo. A resposta tinha chegado, que pese embora, fosse haver uma fusão entre o Instituto Português de Juventude, a Movijovem e o



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Instituto de Desporto de Portugal que se permanece no mesmo espírito na gestão das Pousadas e no acordo celebrado. O Executivo, concluído o acordo, submeteu as peças do procedimento à aprovação na reunião seguinte. Referiu que se no dia já era tarde para discutirem o ponto, passados mais 2 meses, que seria o dia da próxima sessão da Assembleia Municipal, seria muito mais tarde. Como o concurso público iria sempre demorar cerca de 2 meses, era importante que discutissem a questão do ponto 4 para que quem ganhasse o concurso começasse a trabalhar no sentido de no próximo Verão o panorama ser outro. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Presidente da mesa da assembleia municipal**, para informar que a versão em papel havia sido colocada no correio no dia 14 de Outubro, e teria sido entregue uma semana antes.-----

----- A metodologia aplicada tinha sido a de entregar uma cópia da documentação em papel ao chefe de cada bancada que depois se articulava com os elementos do seu grupo. -----

----- Interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e reportando-se à explicação do Sr. Vereador Miguel Grego, disse que a resposta não podia ter sido mais precisa. Referiu ter sido o Sr. Vereador a afirmar e como justificação que se tratava de um processo muito complicado, tinha durado 16 meses a ser produzido e queria convencer que recebendo os deputados os documentos em 4/5 dias que fosse justificativo para a preparação que era preciso fazer sobre o referido documento. Disse que o documento merecia da parte do Partido Social Democrata muitos pedidos de esclarecimentos que tencionavam fazer por escrito, da qual ficaram impedidos quando foi agendado para uma reunião extraordinária.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que sugeriu e em nome da bancada o agendar de nova reunião extraordinária para tratar o ponto em causa condignamente, pois no momento não se considerava capaz de o estar a avaliar. Havia outros pontos que também



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seria importante prepara-los convenientemente, contudo não ia inviabilizar os trabalhos iria estar presente, mas não iria participar, porque não tinha tido hipótese de preparar os pontos convenientemente. -----

----- Falou o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, que transmitiu que o Sr. Vereador lhe tinha dito que cada assembleia tinha custos e que o concurso tinha que avançar este ano. A próxima reunião ordinária seria em Dezembro e a alternativa seria uma assembleia extraordinária, mas num curto espaço de tempo. Como havia um requerimento à mesa, para considerar a possibilidade de nova Assembleia Municipal Extraordinária, a mesa propôs a votação do requerimento. -----

----- O **Sr. deputado Juan António (PSD)** usou da palavra e disse que prescindia dos honorários, a bem do Concelho podiam marcar uma outra reunião sem que houvesse algum encargo para com a Assembleia. -----

----- O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia**, questionou a bancada do Partido Socialista e do Movimento Autárquico de Renovação sobre que pensavam sobre o exposto pelo deputado Juan António. -----

----- O **Sr. deputado Carlos Monteiro (PS)** solicitou à mesa um minuto para falar com os restantes elementos do seu grupo municipal, tempo que lhe foi concedido. -----

----- O **Sr. deputado Carlos Monteiro (PS)** disse que em nome da bancada do PS o ponto deveria ser submetido a votação. -----

----- Posto isto, prosseguindo os trabalhos **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia**, propôs à assembleia a votação do requerimento, apresentado pelo Grupo do PSD, à mesa no sentido de retirar o ponto 4 da Ordem de Trabalhos e de o mesmo ser considerado na próxima Assembleia. Referiu que não sendo possível, o sentimento da bancada social-democrata, por razões



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

operacionais a sua apreciação na Assembleia Ordinária de Dezembro, ter-se-ia que marcar uma sessão extraordinária da Assembleia. -----

----- O requerimento foi **recusado por maioria** com 7 votos a favor, 13 contra e 1 abstenção, pelo que o ponto 4 foi mantido na ordem de trabalhos.-----

----- **PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”** -----

----- **PONTO UM: Fixação, nos termos do disposto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e da Lei das Finanças Locais, da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e participação em IRS, para o ano de 2012.**-----

----- Usou da palavra, o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, em representação do Executivo, e disse que a Câmara Municipal tinha deliberado submeter à Assembleia Municipal a proposta sobre a fixação da Taxa de IMI e IRS, Derrama e direito de passagem Municipal. A isenção sobre a derrama e o direito de passagem a taxa de IMI em prédios rústicos em 0,8% e prédios urbanos em 0,7% e prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal em 0,4% e também fixar a taxa em 0,5% de IRS para o ano de 2012. -----

----- Disse que pretendiam não agravar encargos financeiros às famílias, mantendo as mesmas taxas e isentando as empresas, não aplicando nenhuma taxa de derrama, assim como taxa do direito de passagem. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** disse ter ficado satisfeito com as palavras do Sr. Vereador, por reconhecer que o IMI sobrecarregava bastante as famílias. Não tinha havido aumento, da última vez tinham votado contra o aumento do IMI, por acharem precisamente a sobrecarga para as famílias. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e disse que ao contrário do que tinha sido dito pelo colega do MAR, que a Câmara não estava a beneficiar os habitantes, pois estavam nas



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

taxas máximas possíveis, sendo a continuidade da situação anterior. Disse que o orçamento de 2012 iria agravar as taxas. Saudava que a Câmara não tivesse alterado as taxas (sendo que não o podiam fazer) porque já estavam no limite, não havia nenhuma situação de favor. Perante o que sabiam que ia acontecer, consequência do Orçamento de Estado 2012 deviam baixá-las, porque sabiam que iam subir mais. Para repor a situação actual do ano passado era preciso baixa-la no actual momento, pois dali por pouco tempo iriam ter que voltar a subir. A sua lógica seria baixar no momento as taxas, para que assim que tivessem que as subir, chegar aos valores propostos. --

----- Informou que iriam votar a favor da manutenção da taxa existente do ano passado, deixando o reparo que sabiam o que estavam a fazer, estavam a votar uma taxa que sabiam que ia onerar em 2012, ia ser alterada e iam haver mais impostos e nova reavaliação dos prédios. Estavam conscientes que era preciso olhar para as receitas do município e não estar a criar mais situações relativamente a isso, tinham a noção clara que estavam a votar nas presentes taxas, mas sabiam que iam ser mais pesadas a todos os munícipes. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Carlos Nora (PS)** que realçou a altura de crise financeira e que havia necessidade de dinheiro. O Executivo tinha tido a coragem de não aumentar nem arranjar mais despesa para as famílias e empresas. Nomeadamente na derrama para as empresas, o Concelho não ia aplicar a taxa de derrama, considerando claramente um bem para as empresas. O direito de passagem que era aplicado à maior parte dos Concelhos vizinhos também não ia ser aplicado no Concelho de Mira, considerando que era claramente a pensar nas famílias. Realçar o esforço do Executivo em não agravar mais as famílias e empresas. -----

----- No sentido de responder às intervenções dos Srs. deputados usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** disse que todos tinham os seus pontos de vista e que parecia que toda a situação era culpa da Câmara, tudo ia subir, subiam os impostos, a receita do Estado



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aumentava à custa dos impostos. A Câmara iria receber menos fundos e depois a oposição queria que o Executivo fizesse obras, mais apoio social, mas com que dinheiro? -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** para dizer que anteriormente tinham votado contra o aumento, e que a Câmara estava a acabar de lhes dar razão, porque em boa verdade, não devia ter aumentado já naquela altura, e agora tinha uma margem de manobra para um pequeno aumento (se fosse esse o caso), que considerava que não havia necessidade de aumentar e sobrecarregar as famílias, sendo esse aspecto de maior importância. Em tempos de crise não era sobrecarregando as famílias que se trazia mais receita à Câmara, considerando-o um erro tremendo.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e disse que tinham Concelhos vizinhos, que tinham baixado as taxas, por exemplo Estarreja e Ílhavo. Quanto à derrama disse que era uma prática comum do Município não a aplicar, estavam apenas a manter o que estava estipulado. O Sr. deputado José Frade tinha dito que o que ia acontecer era que todas as casas que tinham o antigo modelo 199 iriam ser actualizadas. Todas as casas que tinham sido avaliadas no caso do CIMI antes de 2004 iam todas sofrer actualizações. Bastaria manter as taxas como estavam que daí ia haver um aumento muito substancial quer de receitas quer de encargos, porque todas as casas iriam ser reavaliadas à excepção das que foram avaliadas a partir de 2004 e por essa forma a base tributável iria aumentar drasticamente. Deixou o alerta, pois, nos momentos de crise que atravessavam as famílias ia pesar um pouco, embora a Câmara estivesse preocupada com as receitas. Iam manter o sentido de voto, iam votar favoravelmente, não deixando de realçar que a Câmara deveria ter feito um pouco mais nesse sentido só para precaver a população. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** e destacou que perante a situação financeira da autarquia que tinham visto nas últimas assembleia partilhou que tinha tido algum receio que a Câmara tivesse a ousadia de subir os únicos dois impostos que poderia subir nessa altura, tirando a isenção da derrama e o direito de passagem das telecomunicações. Talvez fosse o caminho mais fácil para a Câmara resolver alguns problemas financeiros, tentando ir buscar por aí, mas tinha dúvidas que o tecido empresarial aguentasse esse aumento.-----

----- Reportando-se ao Sr. deputado José Frade, disse que, segundo tinha lido no Jornal “Diário Económico”, não era uma obrigatoriedade a subidas das taxas de IMI com o próximo orçamento de Estado de 2012, o que iria subir era o intervalo mínimo e máximo. Se o município estivesse a aplicar os valores mínimos aí obrigatoriamente o município tinha que subir, mas como infelizmente não era o caso não estavam nos valores mínimos, seria portanto, uma decisão que teriam que tomar no próximos anos. -----

----- Novamente, e em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** que disse que quanto às taxas de IMI dos Concelhos vizinhos, também ele tinha feito um levantamento e só o Concelho de Vagos é que tinha baixado a taxa dos urbanos avaliados pelo CIMI numa taxa de 0,3%, mantendo-se os restantes. -----

----- Disse que em outros Concelhos foi fixada a derrama, o direito municipal de passagem, e o agravamento em 30% do IMI em prédios degradados. -----

----- Informou que há algum tempo atrás tinha havido um compromisso da Câmara com as Finanças de tentar fazer a correcção do coeficiente de zonagem, o que julgava já tinha sido feito.

----- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por maioria**, com 1 voto contra do MAR e uma abstenção do deputado Carlos Milheiro, nos termos nº 2º do artigo 12º e nº 1 do artigo 20º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

conjugado com o disposto na alínea h) do nº 2 do artigo 53º da Lei. nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei. nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro: -----

----- 1. Fixar a taxa de IMI a vigorar para o ano de 2012 em:-----

----- prédios rústicos: 0,8%; -----

----- prédios urbanos: 0,7%; -----

----- prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,4%; -----

----- 2. Fixar nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 19º e nº 1 do artigo 20º da Lei das Finanças Locais, conjugada com o nº 1 do artigo 78º do Código do IRS a percentagem de 0 5% do IRS para o ano de 2012; -----

----- 3. Não aplicar para o ano de 2012 a Derrama na área do Concelho de Mira, conforme possibilidade estatuída no nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro - Lei da Finanças Locais. -----

----- 4. Não aplicar para o ano de 2012 a taxa relativa ao direito municipal de passagem, conforme possibilidade consagrada no artigo 106º da Lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro; -----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Carlos Milheirão (PS)** que fez a seguinte declaração de voto: *“esta minha abstenção, que de facto devia ser um voto contra, prende-se com o facto que eu já tive a oportunidade de referenciar aqui nesta assembleia noutro tempo, e que tem a ver concretamente com o zonamento de algumas casas da Praia de Mira, de alguns “bairros” digamos assim. Casas pertencentes a pescadores que ganharam as suas casas com todo o sacrifício, valor e glória, tem o mesmo coeficiente que tem casas de segundas moradias, casas de férias, etc”* -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO DOIS: Renovação da isenção do valor do IMI a pagar pela empresa “Acuinova – Actividades Piscícolas, S.A.”, nos termos do n.º 2, art.º 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro conjugado com o disposto na alínea h) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- Em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, e disse que a Câmara Municipal tinha deliberado submeter à Assembleia Municipal a proposta de isenção de IMI por mais 5 anos à Empresa Acuinova. Informou que a proposta vinha de encontro ao acordo celebrado entre a Câmara Municipal e a Acuinova onde numa das alíneas desse acordo havia o compromisso de isentar o IMI pelo período de 10 anos. Informou também, e sabendo que os compromissos da empresa estavam a ser cumpridos no que tinha ficado acordado, empregando essencialmente pessoas do Concelho de Mira, contribuindo para isso o que tinha sido anteriormente divulgado na imprensa regional da diminuição do desemprego em Mira. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** e disse que já que se tratava de um protocolo e se estava estabelecido não viam como o alterar, mesmo entroncando-se naquilo que se tinha dito sobre o imposto às famílias, relativamente ao IMI. Compreendiam que a Acuinova estava a prestar um bom serviço na Praia de Mira e se havia o protocolo não viam forma de votar contra, se bem que por coerência, se defendiam as famílias, também deveriam defender o imposto. No entanto face às palavras do Sr. Vereador não viam como votar contra, face à isenção uma vez que estava protocolado. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado José Frade (PSD)** que começou por dizer que nada os movia contra a Acuinova, pelo contrário, saudava o seu progresso e actividade, não estando aí a questão que os coloca relativamente, à posição difícil que estava com a proposta. ---



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quis lembrar ao Executivo que o grupo municipal do PSD, desconhecia o protocolo existente e que o deviam ter enviado para conhecimento. Disse ter sido feita uma isenção de 5 anos, que era renovável por um período igual e por uma vez. Achava que no protocolo e se não tinha sido feito tinha sido mal feito, era que ao fim do período de isenção que não houvesse a capacidade da revogação ou alteração alterando-se os pressupostos de nova isenção por mais 5 anos. Se isso não constava no protocolo e que foi aprovado pela Assembleia em 2007 que a Câmara fez com a Acuinova, tinha sido mal feito, porque senão podiam em vez de 5 ter colocado 10 ou 15 anos e hoje estavam amarrados a um protocolo. De qualquer maneira, para a bancada do PSD também era claro e preciso de que em qualquer altura, mesmo em protocolo, por motivos justificativos, (este era um dos motivos justificativos actuais do Concelho, era a Câmara que reconhecia a baixa de imposto nos seus relatórios do IMI). Na situação actual achava que sempre, mesmo em protocolo, era tudo possível as entidades entre elas chegarem à conclusão se era justo ou não, manter esses mesmos pressupostos (que desconheciam). Portanto, na situação actual em que se colocavam para a bancada era muito claro, não se percebia a falta de justiça e equidade perante as restantes empresas do Concelho. -----

----- Disse também que o problema continuava a ser mais preocupante quando se propunha a “isenção total durante 5 anos”, considerando que até se podia propor uma “isenção parcial”. Referiu que a “isenção total”, “pecava” ainda por uma outra questão porque era uma isenção que ia para além do poder gestor do Executivo e da actual Assembleia, considerando que estavam a onerar quem atrás deles vinha, sendo lógico que a isenção obedecesse ao mandato actual, não ultrapassando o mesmo. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Gostariam também de saber de que valor matricial se estava a falar, porque também não era um dado fornecido à Assembleia, a quem competia fiscalizar e serem fornecidos todos os dados para decisão. -----

----- Com todos os factos que tinha falado e preocupações existentes, sem as explicações e entendimento a bancada do PSD por uma questão de equidade e igualdade relativamente às empresas e aos munícipes, estavam na posição de votar contra a isenção, com os pressupostos que não tinham sido certamente reparados nem alterados relativamente a isso. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Carlos Milheirão (PS)** que disse que eram muito bonito ouvir as palavras proferidas pelo Sr. deputado José Frade, mas isso eram opiniões. Disse que Acuinoval já tinha feito “rolar muita tinta”, mas perguntou onde é que estavam os políticos que “hoje criticavam” e que até estavam com intenções de votar contra a isenção do IMI à Acuinoval, tão cuidadosos e preocupados com as finanças do Concelho, no tempo do Thierry Roussel e do Miravillas com os Suecos. -----

----- Relativamente à Acuinoval, disse que era um facto que no início havia muito cepticismo acerca da instalação da Acuinoval no Concelho de Mira, confessando que ele próprio tinha tido o sentimento de cepticismo. Já tinha tido oportunidade de o dizer, voltando a repetir, que tinha sido um projecto onde tinha visto o futuro da pesca e da Praia de Mira e de certo modo o futuro do Concelho de Mira. -----

----- Reportou-se ao blog do Sr. Eng.º João Carlos Rua passando a ler: ***“Uma ideia e uma intenção de projecto: Com pouca ou nenhuma informação é certo, mas era tempo de sermos pragmáticos e não deixarmos passar a oportunidade e aí concordo totalmente com o Executivo, com pelouros fez bem e o mais importante fê-lo bem. Soube estar atento à oportunidade e não desperdiçou. No entanto, e em função do pouco conhecimento que havia deixamos um conjunto***



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de reflexões e de aspectos a considerar em futuras negociações (...) Eu acredito no bom senso dos Autarcas com poder de decisão efectiva, tem ali gente que tem obrigação de estar atenta porque tem capacidade para isso ”. O Sr. Carlos Milheirão referiu que estava provado que tinham tido essa capacidade vendo-se actualmente o que era a Acuinoval, a acção que estava a desenvolver, o emprego que estava a dar. Leu ainda o seguinte *“Esta acção enquadra-se na estratégia nacional definida pelo governo para o sector das pescas e será provavelmente um projecto pin e de interesse nacional (...) Vamos ainda conviver com um tráfego de pesados constante em vias que também esperam receber turistas e temos de nos preparar para evitar uma possível colagem a um estigma de imagem de uma praia menos atractiva”.* Referiu que a Acuinoval já estava a funcionar senão em pleno, já estava quase, e na verdade é que pelo menos a nível da Praia de Mira não se viam camiões com tanques a fazer transportes, sendo que a diferença de tráfego não se fazia minimamente sentir porque os carros não passavam por lá. -----

----- Aludiu novamente ao texto do Sr. Eng.º João Carlos Rua passando a ler: *“E finalmente alertados para a oportunidade que um projecto desta dimensão e que envolve directamente o Governo Português pode representar para o Município, fazer sentir junto das entidades governamentais uma maior sensibilidade e até assumir compromissos para apoiar outros projectos estruturantes para o Concelho”.* Disse achar muito importante falar nisso porque o Executivo Municipal, devia pedir mais na questão do desenvolvimento turístico, nomeadamente nas questões da Barrinha, dos Viveiros, da gestão das áreas florestais, etc. Quanto ao texto leu ainda *“compatibilizar com outras opções estratégicas o turismo, garantir, correr menos risco, mais garantia em especial ambiental, negociar com entidades governamentais uma atenção sobre o nosso território que tem de facto andado bastante arreada”*, disse que isto devia estar relacionado com a autorização da implantação da Acuinoval numa zona que fazia parte da Rede



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Natura, etc. Também era sabido que a Acuinova não estava a ocupar tanto espaço da rede Natura e o impacto ambiental que tinha na fauna, flora e até na própria costa era “zero”, não tinha nada de negativo. -----

----- Quanto à questão dos postos de trabalho trouxe um comentário do colega de Assembleia o Sr. deputado José Balugas passando a ler o seguinte “*são 100 postos de trabalho directos tal como foi assinado o protocolo, simplesmente esperemos que não aconteça como na floricultura*”, referindo que tanto quanto tinha sido informado a Acuinova empregava actualmente em empregos directos 198 pessoas, sendo que depois decorria do funcionamento da empresa mais de uma centena larga de pessoas. -----

----- Continuou e quanto à celeridade do projecto disse que se figurou de tanta importância que parecia incrível que um projecto lançado em Outubro de 2007, ao fim de quatro anos estivesse a funcionar na plenitude em que estava actualmente. -----

----- Por fim, disse que era de louvar a acção da Acuinova, todas as benesses que ao fim e ao cabo, embora não fossem todas aquelas que tinham necessidade que de facto Mira e a Praia de Mira precisavam. -----

----- Em representação do Executivo usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** que começou por esclarecer que o que estavam a debater estava previsto na cláusula 2ª, alínea i) do protocolo aprovado nos órgãos municipais, que se reportava a 10 anos e o problema não se colocava sequer. Informou que entretanto a Lei das Finanças Locais tinha mudado e constava que a isenção de IMI a empresas podia ser feita por dois períodos de 5 anos. -----

----- Explicou que não se podia saber o valor matricial que correspondia à isenção enquanto não houvesse uma avaliação final das Finanças. Informou o ponto de situação desse processo, e o porquê de não ser dado esse valor, pois já tinha sido pedido pela empresa uma avaliação quer



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dos terrenos quer do que estava construído, tinha ido para as Finanças de Mira, tinha sido nomeado um perito. O perito nomeado entendeu não ter capacidade técnica suficiente para fazer essa avaliação, pediu ajuda às Finanças Centrais que tinham avocado o processo e até às 13h daquele dia não havia ainda resposta. -----

----- Explicou que a renovação da isenção era apenas, e na opinião do Executivo ao olhar para o protocolo que tinham assinado, se a Acuinova estava a cumprir com o acordo, o que a Autarquia tinha de fazer era renovar por 5 anos. A Acuinova vinha cumprindo todas as cláusulas que tinha assinado com a Câmara, questionando qual era o motivo para que “hoje” não quisessem honrar o contrato que livremente estabeleceram. Disse que não fugiam à questão de que o dinheiro do IMI fazia falta à Câmara, era evidente que sim, ainda para mais quando o Estado iria tirar mais 250.000,00€ no próximo ano.-----

----- Referiu ainda que tinham que olhar aos pormenores de que com a instalação da Acuinova tinham tido 75% de financiamento para a Variante, o saneamento financiado em 35%, a A17 feita para Sul (estava parada) a variante a Mira (finalmente resolvida a segunda fase), a ponte do Cabeço; a EN109; entre outros aspectos considerou que se não fosse a instalação da Acuinova em Mira, com certeza não teria acesso de forma directo ao Estado. Tudo isso de via ser colocado na “balança”.-----

----- Terminou, recordando que todas as pessoas diziam que era “um projecto que o país não poderia perder”, era um projecto importante para a região, só não sabiam se era ou não em Mira, mas se fosse “ali ao lado”, dir-se-ia “só Mira é que não tem nada”. Questionou, hoje passados estes anos, com a Acuinova a funcionar, podiam ver se afinal, em Mira, a empresa interessava ou não. Relativamente aos postos de trabalho, disse que ficou muito agradado em ver muitos



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

jovens a trabalhar e pessoas com mais alguma idade que tiveram “ali” uma oportunidade de emprego. -----

----- Cada vez mais, autarcas não iam ter dinheiro para fazer obra, e para cativar empresas, teriam que ser catalisadores de investimento, atrair investimento, ou então dando infra-estruturas, ou isentando do pagamento de alguns imposto. Disse não ver outra maneira de cativar, pois ou criavam infra-estruturas ou isentavam o pagamento, e a medida que tinha sido tomada pelo Executivo/por todos, tinha sido uma medida de criar infra-estruturas e isentar pagamento, mas criar infra-estruturas tendo garantido o financiamento do QREN que na altura era de 75%. -----

----- Disse para finalizar e com veemência que o que estava a ser discutido era uma cláusula que estava estipulada e definida e que só estava em “cima da mesa” fruto da alteração da Lei das Finanças Locais. Tinha sido respeitada por uma das partes, a Câmara Municipal, e disse esperar que pela Assembleia Municipal também, pois queriam honrar o que tinha sido decido e votado.-

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** em direito de resposta, referiu que começou por dizer, que a Acuinova era uma grande empresa e estava a prestar um bom serviço na Praia de Mira. Referiu que ninguém devia ter sido mais céptico do que ele próprio quanto à Acuinova, no entanto, reconhecia o bom serviço que estava a prestar à Praia de Mira, à Região e até ao País. -----

----- Seguidamente usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)** também em direito de resposta, reportando-se à citação feita pelo Sr. deputado Carlos Milheirão, para dizer, que nunca seriam “subsídio-dependentes” e quanto aquilo que tinha relatado do passado relativamente ao Miravillas, Suecos, etc, disse que se estivessem presentes na Assembleia nessa altura teriam tido a mesma posição. Voltou a referir que como não eram “subsídio-dependentes” não estavam



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alinhados com votações do passado ou intervenções do passado, o grupo actual “pensava por sua cabeça” e na actualidade. -----

----- Ao Sr. Vereador Miguel Grego disse para não lhe dizer que não sabia o porque da alteração da Lei das Finanças Locais terem alterado de 10 para 5 anos. Tinha sido precisamente na questão da renovação ao fim de 5 anos haver hipótese de renovar e negociar as cláusulas.-----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)**, disse concordar com a intervenção e esclarecimento inicial do Sr. Vereador Miguel Grego, mas não concordava no conteúdo, mas o que estava em causa era a isenção do IMI ou não, à Acuinova. Considerou que ninguém estava a meter em causa a empresa em si, disse que no passado tinha sido uma das pessoas a votar favoravelmente à sua implementação, mas não era isso que estava em causa.-----

----- Referiu que haviam algumas premissas e considerações de envolvente macroeconómica que os levavam a repensar, julgando que, e dado a grandeza do Grupo Pescanova, que seria “*peanuts*” para a empresa, e para a Câmara seria interessante ter alguma receita.-----

----- Referiu que no contexto do ponto, o que estavam a aprovar ou não, era a questão dos 5 anos onde houve uma alteração legislativa.-----

----- Disse que não se revia nas palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Sr. Carlos Milheirão, referiu que gostaria de o ter visto a tratar de outros assuntos com a mesma garra. -----

----- Quanto à enumeração de obras que o Sr. vereador Miguel Grego tinha feito, disse que, queriam sempre muito mais. O Executivo podia ter potenciado esse projecto *pin* e a visibilidade que o Grupo Pescanova tinha dado à implementação desse projecto em Mira, julgava que o grupo municipal do PSD se revia nele, mas haviam outras situações que ficaram aquém.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Por último referiu que ninguém estava a por em causa a viabilidade do projecto económico, mas, face à conjuntura actual poder-se-ia ter encontrado uma outra forma de entendimento e salvaguarda dos interesses de ambas as partes. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado Carlos Nora (PS)** que começou por dizer que iria votar favoravelmente a isenção e conscientemente, assim como votaria a isenção a outras empresas que viessem para Mira com o mesmo género de empreendimento. Quis realçar que a Acuinova com sede na Praia de Mira, iria pagar os impostos que tiver a pagar em Mira e não em Lisboa como corria “boato”. -----

----- Era uma empresa em que toda a sua transacção comercial era em grande parte a exportação, além de ser benéfico em termos de postos de trabalho, pois o que seria do Concelho de Mira em questões de empregabilidade se não fosse a Acuinova, para além dos postos de trabalho indirectos. -----

----- Seguiu-se o **Sr. vereador Miguel Grego**, em representação do Executivo, que começou por dizer que não “lia” a Lei do Orçamento de Estado de uma forma tão simples, claro que era obvio que os “5+5” eram para permitir a renegociação de ambas as partes, também no caso de uma parte não cumprir cortava-se a isenção. Queriam negociar com a empresa e com o Estado a expansão da empresa Acuinova, e na altura que estavam a fazer-lo (negociar a expansão), iriam transparecer “que não estavam a cumprir o compromisso assumido.” Informou que quando assinaram o acordo, estavam perfeitamente conscientes de quanto lhe iria custar a acuinova, entre obras e isenção, nos 10 anos. Obviamente que não se pensasse que a Câmara não tinha tentado, ou pelo menos não ia mantendo contactos semanais com a Acuinova e outras empresas no sentido de tentar perceber como podiam “catapultar” essa empresas, porque ganhando elas,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos ganhavam, considerando que tornando-as a elas mais competitivas estava o Concelho mais competitivo. -----

----- Relativamente aos funcionários da Acuinova informou que mais de 170 pertenciam aos quadros da Acuinova, outros eram estagiários, outros trabalhadores de trabalhos temporários e haviam ainda os indirectos. Eram números muito acima daquilo que era esperado naquela altura.

----- Referiu que não se devia deixar passar, que aquilo que também deviam estar a discutir, era a perguntar se nesta revisão não podiam, a troco de continuar a isentar, vincular de alguma maneira a empresa para que novos investimentos, pudessem acelerar. Houvesse também vontade e disponibilidade do Estado Português. -----

----- Esclareceu que não tinha sido de “ânimo leve” que tinham proposto a referida continuação da isenção, mas era consciente. Reiterou que quando haviam projectos geradores de grande dinamismo industrial, era prática comum aquela atribuição, e nunca quando se atribuía isenção aos referidos projectos, se atribuía à generalidade das empresas. -----

----- Recordou por último que o protocolo tinha sido aprovado com uma larga maioria e um largo número de abstenções, que se bem se recordava, apenas tinha havido um voto contra. -----

----- Dada a palavra ao **Sr. deputado Gabriel Pinho (PSD)** começou por dizer que sempre tinha votado contra a Acuinova, não contra a empresa, mas sim contra a maneira como comerciantes e industriais da “nossa Terra” foram tratados. Referiu ter dito já em anteriores Assembleias que tinha uma empresa de construção, juntamente com um irmão, e tinha sido prejudicado pelo Ex. Primeiro-Ministro, na altura Ministro do Ambiente, por lhes ter “roubado” o campo de Golfe e muita gente, muitos industriais, que andavam na ordem de 30 empresas no Concelho a construir, todos tinham dado à “sola” e estavam como se via. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Actualmente já tinha tido o privilégio de 2 vezes visitar a Acuinova, reconhecia que era uma boa empresa, repetiu que nada tinha contra a empresa, só mesmo contra a proposta que lhe era apresentada.-----

----- Disse o seguinte “*os comerciantes e industriais da nossa praça, Maçaricos, Quitérios, Leal e Soares, etc., labutam com a falta de espaço, labutam para lhes arranjam terreno e não lhe disponibilizam espaço e era uma empresa em expansão e com bastantes posto de trabalho. Também tinham outros mais pequenos, como as Batatas Mirense, as Oliveirinhas, como outros...*”. Disse que outras empresas do Concelho que precisavam de se implantar. Informou que tinha trazido, um senhor de São Bernardo, ao Sr. Vereador Miguel, com um projecto para 74 postos de trabalho com 100 hectares, no terreno onde tinha funcionado a Floricultura. Foi-lhe prometido que imediatamente o projecto avançava, mas a Câmara tinha decidido dividir o terreno em 4 talhões [para dar para quatro] pois havia muitos pedidos. Até hoje tudo se mantinha igual.

----- Sabia que havia um compromisso, que o mesmo devia ser honrado, mas os compromissos também se quebravam, dando como exemplo os cortes nos trabalhadores da função pública, professores, etc.-----

----- Disse achar que a Acuinova estava a trabalhar em pleno, e o Concelho estava tão necessitado, sugeriu que em vez de se isentar por 5 anos, porque é que não se isentava só por mais 2 ou 3 anos.-----

----- Por último pediu que não se olhasse só para a Acuinova, deixou um “bem-haja” ao seu trabalho, à rapidez com que o tinham feito, mas pediu que se olhasse também para os comerciantes da “nossa praça”.-----

----- Interveio seguidamente o **Sr. Doutor Fernando Regateiro**, na qualidade de deputado, que começou por dizer que percebia cada vez melhor porque é que Mira era um dos Concelhos mais



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atrasados. E mais disse: *“Quando não tinham nada clamavam porque não tinham nada e quando tinham alguma coisa, clamavam porque tinham e queriam ir “ao bolso” daqueles que traziam riqueza.”*-----

----- Considerou que o raciocínio estava todo enviesado, que deviam estimular os bons exemplos, em vez de clamar para ir “abanar o bolso” daqueles que estavam a dar riqueza, abanar “os que aqui estavam” no sentido que criarem situações que pudessem dar incremento, sustentar o Concelho, desenvolve-lo e dar-lhe condições iguais. Disse não compreender a bancada Social-democrata quando dizia, *“a Câmara está mal, precisa de mais dinheiro, não isenta os próximos 5 anos à Acuinova”*, considerou que o que se devia dizer era (pedindo desculpa pela ousadia) *“Façamos desta deliberação de autorização um modelo para aplicar a outros”*. Era diferente, pois de outra forma o que é que estavam a dizer às empresas? *“Eu empresa vou para Mira? Não, porque aquilo um dia está para um lado, outro dia está para outro. Não é gente de palavra”*. Essa era a imagem que iriam transmitir ao exterior, estavam a falar de empresas internacionais, de implantação mundial. Não era só galega nem era a Acuinova de Portugal, trabalhava no mundo inteiro. A forma como se comportavam relativamente a uma, os seus administradores ia dizer-lo a outras e não era indiferente o posicionamento da Câmara e da Assembleia. Mira tinha que ter uma palavra de entendimento sobre o que era importante para ela, não era estarem a esgrimir *“eram 10 anos mas afinal a lei das finanças locais decidiu que era 5 + 5”*. Disse concordar que de facto o prazo não fosse tão longo, mas tinham negociado num prazo longo, não podiam ser sofistas, estavam a iludir as questões, tinham negociado 10 anos. Era certo que tinha sido partido ao meio pela Lei das Finanças Locais, tinham sido “apanhados ali” mas pessoas de palavra séria não voltavam atrás. Disse que tinha vergonha se os avos dele estivessem presentes na sessão de Assembleia, em que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a palavra de honra sem escrita valia. Referiu que estavam a perder e a desbaratar crédito perante uma empresa de nível mundial que podia ajudar a trazer mais empresas para Mira, desde que se comportassem decentemente. Referiu que todos deviam fazer da Acuinova um arauto de bom comportamento e seriedade, porque uma palavra da Acuinova junto de outras empresas (apelou ao Executivo para fazer essa mediação de diplomacia económica através das empresas) porque o que era facto era que a empresa ia dizer “agora esta lá uma bancada que por acaso é maioritária que era a do partido Socialista, numas próximas eleições é outra bancada, que até anda a bailar de um lado para o outro porque num ano diz uma coisa e passados 10 anos diz outra”, considerando que isso seria muito grave, porque o que tinha que haver era um sentimento genuíno de interesse do Concelho. -----

----- Disse não estar a falar como elemento do Partido Socialista, nem por qualquer outro, até porque era independente, era um Mirense e um Português e o que estava em causa eram interesses patrióticos, não era só o mais de milhão de euros que se pagava em salários, mas era a exportação, era a balança de transacções e orgulhosamente estava-se a contribuir para esse equilíbrio ou para os ganhos de exportação. Tinha de haver um sentimento claro do interesse do Concelho e do interesse do país e não estavam a ter, considerando que estavam a esgrimir misérias. Votar contra, votar a favor, eram coisas sem importância nenhuma para o interesse maior do Concelho. O interesse maior do Concelho era haver um consenso estratégico que não podia separar-se assim, porque agora ia-se lá buscar uns milhares de euros, isso era ridículo, devia era dizer-se, com este exemplo, às outras, “façam, candidatem-se” e a Assembleia estaria depois para exigir ao Executivo que se fizessem propostas nesse sentido e que aceitem as isenções. Quanto mais isenções dessas fizessem, mais riqueza iria gerar para o Concelho. Continuou e disse que isso é que tinham que fazer e não o contrario. Mais disse: “*isso dava uma*



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

imagem nossa que nós não desmerecemos, devo dizer, porque ao longo dos anos temos pugnado por esta imagem, com dissensões com desinteresse de facto o que é um interesse estratégico, não conseguimos elaborar uma ideia estratégica do Concelho, é que eu nem vejo aqui antagonismos partidários, eu não percebo, onde é que está o motivo da bancada social-democrata para esta teimosia em votar contra isto. É porque o Executivo precisa de dinheiro? Mas ele vai perder muito mais se eventualmente a Acuinova se vai embora, vai ser uma desgraça completa e uma quebra de confiança pode levar a isso, não agora mas daqui a 5 anos. E que imagem estamos nós a dar para os manter, e para atrair outra através deles? Porque eles são uma âncora, uma bandeira. Como é que estamos a dizer às outras empresas “venham porque aquilo que nós dizemos [Concelho, não bancadas, Povo de Mira] é para ser levado a sério é de gente honrada”. É isso que esta em causa, eu não percebo onde é que está o problema, mas confesso que atitudes destas de vaivém, é que eu gostava de saber o que estava em causa e não me conseguem explicar, era só isso. Clamemos para outros para os “nossos” locais, idênticas situações, eu isso, acho de uma legitimidade extraordinária. Acho que devemos lutar para que outros conterrâneos tenham os mesmo privilégios que tem a Acuinova e não estarmos também deslumbrados porque é a Acuinova e é internacional, mas é importante, porque é um símbolo daquilo que somos capazes de autorizar e fazer, essa é que a questão. -----

----- Eu deixo este apelo aqui, ou definimos uma ideia estratégica, para salvaguardar o futuro de Mira, ou andamos aqui sempre, ora para um lado ora para o outro, sem termos uma linha de rumo, uma clara definição daquilo que nos interessa e isso de facto vira-se contra nós. Nunca tivemos nada que nos distinguisse, começamos a ter, mas temos que acarinhar esta forma de estar e de ser. Isto é cultural, e nós não podemos continuar a ser como as “areias movediças” apesar de sermos uma Gândara, terra pobre e arenosa, arenosos tinham de



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

continuar a ser mas não tinham obrigação nem o destino fatal de serem pobres, a pobreza está na nossa cabeça.”-----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** e disse que havia umas situações que o Executivo gostava de esclarecer em prol da informação à Assembleia. Em primeiro lugar, disse que já tinham sido avocadas outras empresas, em momento algum o Executivo se mostrou irredutível em apoiar as empresas com IMI ou de outra forma e tudo tem feito para “acarinhar” as empresas. -----

----- Relativamente ao empresário trazido pelo Sr. deputado Gabriel Pinho, disse que tinha tido com ele várias reuniões, mas pediu, que quando as pessoas não sabiam, que não falassem, porque a imagem que dava era que ele tinha enganado o empresário. Tinha pena que quem estava nas listas de um determinado partido politico naquela altura, tivesse reintegrado esses 100 hectares no regime florestal para fazer um loteamento em Portomar. E depois vem dizer que era o Executivo Municipal que não “desenrascava” os empresários. Estava muito enganado, pois o que tinham tentado era desafectar, porque alguém antes deles tinha reafectado os terrenos ao regime florestal, dirigindo-se ao Sr. deputado Gabriel que se não sabia, devia saber porque estava nas listas desse partido. Agora vir dizer “*que enganámos o rapaz, que ainda agora falou connosco e juntamente com o Executivo tentou ir à Direcção Geral de Agricultura e às Florestas para desafectarmos área para poder produzir*”. Referiu que lamentavelmente a floresta estava no regime florestal parcial misto desde 1917 e não a conseguiam desafectar, como desafectaram para a Acuinova. Isso é que todos deviam estar a pugnar, para que o Estado tivesse o mesmo comportamento com todas as empresas como teve com projectos de interesse nacional.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Disse que se importavam com todas as empresas do Concelho, que oportunamente tinham uma proposta para fazer, para melhorar o Pólo I, iam propor que parte do IMI, fosse reintegrado para fazer obras no Pólo I.-----

----- Informou que constantemente estavam a ser questionados pela AICEP e pelo Governo, para fazerem o balanço da parceria com a Pescanova, se estavam a cumprir ou não e se havia entraves. Todos estavam sob avaliação e o que queriam era que a Acuinova e bem, servisse de intermediário junto de outras empresas para trazerem mais. Vinham a pedir isso com insistência e isso vinha sendo feito.-----

----- Terminou e disse que iria haver bom senso na votação que não estavam com grande dificuldade acerca da aprovação.-----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)** para dizer ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que com todo o respeito, lealdade e amizade que “foi um pouco demais” em algumas afirmações. Tinha trazido “intoxicação, falta de patriotismo”, percebia a intervenção, pois tinha sido “calor das coisas”.-----

----- Referiu e considerou ter sido claro na sua intervenção, face aquilo que entendiam, que se passava no Concelho, e aquilo que era a Acuinova, entendiam que o Executivo “ou fez ou não fez” o que era certo é que não lhes tinha apresentado o protocolo. Era uma oportunidade de ter revisto o protocolo, de ter tentado ultrapassar o que estava minimamente aceitável.-----

----- Reforçou que a intervenção tinha sido muito clara, entendiam que devia ter sido um esforço e era altura de ter feito uma renegociação e terem feito uma alternativa a estes cinco anos, pois era demais. -----

----- Disse que já tinham havido algumas tentativas de tratamentos de equidade relativamente à Acuinova, e não tinham sido atendidos. Nada os movia contra ninguém nem por uma questão



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

política ou partidária de ser do contra, movia-os o facto de entenderam que era altura do melhor interesse para o Município esse diálogo, interesse e renegociação. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado Paulo Grego (PS)** que disse que a sua bancada já tinha manifestado o sentido de voto quanto à isenção do IMI à empresa Acuinova por mais 5 anos. Até porque se tinha um argumento usado a outros Concelhos para convencer esse investimento a vir para Mira, atendendo a que os pressupostos não tinham sido alterados, disse que isso para ele chegava. Não percebia quando o Sr. deputado José Frade dizia “não basta dizer que os pressupostos não foram alterados”, pois se todos estavam a cumprir porque é que não haviam de cumprir também. Questionou, se caso fosse agora a primeira isenção, o que é que tinha mudado? Achavam agora que a empresa Acuinova já não era de interesse municipal? Já não aprovariam da mesma forma o que tinham aprovado há 4/5 anos atrás? -----

----- Se outras empresas aparecerem perante esta câmara com interesse nacional ou até apenas só de interesse municipal, referiu que a bancada do PS, se perspectivasse que tinham essa profundidade de investimento, garantidamente mantinha o mesmo sentido de voto.-----

----- Prosseguindo, usou da palavra a **Sr.ª deputada Fernanda Batista (PS)** que referiu que não seria necessário gastar-se tanto tempo com um ponto como o que estava a ser tratado, pois se o contrato era dez anos de isenção, se tinha usufruído de 5, era lógico que tinha mais 5 para usufruir, considerando que não valia a pena terem estado com tanta conversa. -----

----- Em representação do Executivo usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego** para informar que tudo o que era as *demarches* que a Câmara fazia não era importante, mas sim aquilo que se conseguia. Aquilo que estava em “cima da mesa” o que a Câmara entendia que devia fazer, tendo feito as *demarches* que entendia fazer, tinha chegado àquele resultado.-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Questionou o Sr. José Frade, quando ele disse que “outros investimentos que vieram posteriormente não tiveram igual acolhimento”, disse não ter percebido e nem sabia o que estava a referir-se.-----

----- Não havendo mais intervenções e tendo em consideração que se mantinham os pressupostos que determinaram a concessão inicial do benefício fiscal, a Assembleia Municipal deliberou **aprovar por maioria** com três votos contra e 3 abstenções a renovação por mais cinco anos da isenção de imposto municipal sobre imóveis relativo ao prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o nº3216 da Freguesia da Praia de Mira, e no qual está instalada a unidade de Aquicultura de Pregado, da empresa Acuinova com sede na Rua do Aceiro 3070-732 Praia de Mira, que integra o Grupo Pescanova.-----

----- Nestes termos foi concedida à supra citada empresa a renovação da isenção total do valor a cobrar relativo ao imposto municipal de imóveis (IMI), sobre o prédio urbano inscrito sobre a matriz predial nº 3216 da Freguesia da Praia de Mira, por mais cinco anos, prazo a contar de Janeiro de 2012 até final de 2016, sem possibilidade de renovação.-----

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO**-----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)** para anunciar que apresentaria por escrito uma declaração de voto relativamente à posição da bancada.-----

----- O **Sr. deputado José Balugas (MAR)** fez a seguinte declaração de voto: “*atendendo a que tal como disse na minha intervenção, que a empresa Acuinova esta a prestar um bom serviço à Praia de Mira, ao Concelho e ao País. Atendendo que tal como disse o Sr. Vereador Manuel Martins, existe um protocolo assinado, no início da sua intervenção, e do qual não podemos fugir, e portanto essa palavra deve ser para cumprir e não deve ser mero “texto”. Atendendo a isso tudo o nosso voto é favorável.*”-----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguiu-se o **Sr. deputado Juan António (PSD)** que fez a seguinte declaração de voto: “no passado sufraguei o clausulado. Como disse na minha intervenção não pude convenientemente preparar este assunto e há aqui uma questão. Penso que dissecamos demasiado as coisas para não dizermos rigorosamente nada. Nada nos move e a mim particularmente, contra a empresa Acuinova, apenas penso que devíamos ter diligenciado aqui de uma outra forma e ter no fundo negociado até outras contrapartidas. Como disse hoje estarei mais “rico” porque foi dito por alguns colegas de bancada do Partido Socialista o número de funcionários e colaboradores que existe na Pescanova. Eram números que eu não conhecia e de facto perdemos demasiado tempo com questões paralelas” -----

----- O **Sr. deputado Pedro Nunes (PSD)** usou da palavra para fazer a seguinte declaração de voto: “subscrevo na íntegra as palavras do Sr. deputado Juan António, mas também acrescento o seguinte: votei o protocolo desde a primeira hora que a empresa se mostrou interessada em instalar-se no nosso Concelho, mas de facto a Lei das Finanças Locais, que alterou as “regras do jogo” penso que se poderia ter ido mais além, daí que não me sinta vinculado 100% ao voto que dei aquando a votação do protocolo à época e daí o meu sentido de abstenção”. -----

----- Prosseguindo fez a sua declaração de voto o Sr. deputado Gabriel Pinho que disse o seguinte: “Além da declaração de voto do partido, que é em conjunto, tenho uma particular. Nada me move contra a empresa, sempre aqui o manifestei. Ainda hoje digo e continuo a dizer, fora, que temos cá uma boa empresa, nada me move contra a empresa. É só por continuar a achar empresas do nosso concelho, e quem se quer instalar, ver nesta Câmara “dois pesos e duas medidas” e por isso quando houver medidas destas, continuem a contar comigo, sou sempre do contra. Ou há igualdade ou não há igualdade.” -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **PONTO TRÊS: Aprovação, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, do Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré - Escolar e Acção Social Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mira.**-----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** em representação do Executivo, que disse que ao constatar-se que quer o anterior regulamento de funcionamento de componente de apoio à família nos estabelecimentos de educação pré-escolar quer as normas utilizadas para a acção social escolar do 1º ciclo de ensino básico da rede do município de Mira estavam a necessitar de algumas adaptações para eficaz funcionamento das mesmas e um maior ajustamento às actuais circunstâncias e dificuldades sociais, houve necessidade de introduzir algumas alterações que resultaram num único e novo regulamento. Houve sobretudo a preocupação de regulamentar todo o procedimento dos pagamentos e ainda de aplicar os apoios e benefícios a ambos os escalões de ensino, pois não seria coerente uma mesma família ter um filho no pré-escolar com uma determinada situação de apoio e escalão e outro filho no 1º ciclo em situação de apoio e escalão diferente. Informou que o regulamento tinha sido levado a reunião de Câmara tendo sido aprovado, tinha sido submetido à apreciação pública, tinham havido algumas sugestões de pais e associação de pais. A apreciação pública tinha terminado a 6 de Outubro e traziam-no à assembleia para que deliberassem favoravelmente sobre o regulamento. -----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado José Balugas (MAR)** que disse que lhe tinham chegado “ecos” de algumas situações que lhe pareciam injustas e teve o cuidado de ir ver. Nomeadamente no art.º 11 “regras e pagamento” tinham chegado pessoas a dizer que havia uma



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

suspensão imediata do serviço e fornecimento de refeições, ou seja, havia pessoas que já estavam em dificuldades económicas que não conseguiam pagar as prestações e depois, por acréscimo os filhos iam tirar a senha para comer na cantina e não tinham direito a comer, porque os pais tinham uma dívida para com a Câmara. Considerou injusto, porque as crianças não tinham que pagar pelas dificuldades dos pais e portanto daquilo que o aprazia dizer sobre o regulamento era a única situação que achava que merecia alteração. Disse que devia ser acautelado sempre de forma clara o fornecimento de refeições às crianças, propondo retirar o ponto 3 do artigo 11º.-----

----- Interveio seguidamente o **Sr. deputado José Frade (PSD)** começou por louvar o Executivo relativamente ao documento e as alterações propostas, sabendo que a sua redução de despesas era um realidade assim como a questão económica que iam enfrentar a nível das autarquias. A manutenção, o reforço, o melhoramento relativamente a alguns casos que o Concelho já tinha e que em termos de carência iriam ser muito mais, achou interessante e considerou uma boa proposta e decisão o apoio circunscrito.-----

----- Relativamente às questões de injustiça referiu que tinha confiança que as pessoas que estavam encarregadas de proceder aos subsídios e fiscalização, estivessem conscientes e iriam fazer todos os possíveis para que houvesse igualdade, no tratamento e atendimento daquilo que era realmente a pobreza instalada de vários níveis.-----

----- Era com a esperança e o sentido claro que o documento, na leitura que tinha feito, vinha garantir um pouco, salvaguardar algumas situações de muita calamidade no Concelho, que iriam votar favoravelmente. -----

----- Seguiu-se a **Sr.ª deputada Fernanda Batista (PS)** que disse congratular-se com as palavras do colega deputado da bancada do PSD. Fez um pequeno historial do tempo em que



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

leccionava relatou que era aflitivo, ter na mesma turma “a filha do patrão e a filha do empregado”, pois a “filha do patrão” tinha escalão A e a “filha do empregado” não tinha sequer escalão. Isso devia-se às declarações do IRS e que essa situação continuava a acontecer. Havia crianças com bastantes necessidades que estavam em escalão B ou não tinham escalão e filhos de “dr” e trabalhadores independente, que podiam ter contabilidade paralela e fugir ao fisco, e os filhos estavam em escalão A.-----

----- Era o apelo que fazia ao Executivo, que procurassem ver se havia alguma maneira diferente de fazer o “*per capita*” das pessoas porque iriam continuar sempre com injustiças, pois ali é que estavam as desigualdades sociais. -----

----- O **Sr. secretário Calisto Coquim**, usou da palavra para esclarecer que no referido ponto estavam a ser “chamados” para aprovar ou não o regulamento e não pedir à Câmara alterações à proposta apresentada, sendo certo que o Executivo iria reter as sugestões apresentadas para uma futura revisão. -----

----- Em representação do Executivo usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** que começou por dizer que o regulamento vinha complementar em muito o anterior, até porque o anterior falava só do funcionamento de apoio à família nos estabelecimentos de educação pré-escolar e rede pública do município. No novo regulamento, a partir do capítulo três, tinha medidas de acção social escolar no 1º ciclo do ensino básico. Tudo isso tinha tido a preocupação dos procedimentos, tanto a nível dos pagamentos, como nos benefícios do escalão de ensino, uma certa coerência e uma forma de harmonia em relação a determinadas injustiças que poderiam acontecer. -----

----- Autorizado a intervir usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, reportando-se à intervenção do Sr. deputado José Balugas, considerou ter havido uma leitura não muito correcta



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do artigo, pois explicou, que só se cortava o direito à refeição, passados 30 dias, no mês seguinte. Disse ainda que quem tinha dificuldades não devia deixar de pagar, mas sim dirigir-se à Câmara para resolver o problema, porque quem tinha dificuldades não pagava. -----

----- Recordou que o regulamento esteve em apreciação pública e que ele próprio em Assembleia anterior tinha pedido a colaboração de todos e felizmente tinha havido colaboração de algumas pessoas. Disse que o Executivo entendia que o esforço que era feito, dando possibilidade de andar na escola a jovens e crianças era um esforço em prol de um Concelho melhor, mais justo e mais solidário. Relativamente aos sinais exteriores de riqueza, disse que a legislação dizia que o Município podia avaliar os sinais exteriores de riqueza, o Estado manda-o fazer algumas vezes, mas não o faz ele, por exemplo as Finanças não o faziam. Aquilo que muitas vezes acontecia e alertando para a situação da Câmara, era a Câmara a entrar sozinha naquele “campo”, as pessoas passavam a ter uma análise de sinais exteriores de riqueza para efeitos da Câmara, mas da segurança social não tinha. -----

----- Disse que já tinha acontecido que quando algumas pessoas apresentavam declarações que o Executivo perspectivava não sendo as mais verdadeiras, fruto dos sinais exteriores de riqueza que apresentavam, aquilo que fizeram foi afixar os resultados. Uns tiveram vergonha de pagar tão pouco e sendo público vieram pedir uma reavaliação da situação, outras vezes foram outras pessoas a reclamar informando que já tinha vindo inspeções das Finanças. -----

----- Disse que não era fácil e pediu a compreensão de todos que fosse a Câmara de *per si* a ser um “oásis” para arranjar um modelo que avaliasse as pessoas por um modelo que estava por criar, criando justiça e equidade. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O que não podiam esquecer era que fosse apoiado quem não merecia, pois sobrava menos para quem precisava, porque os fundos eram finitos. Vinham tentando “educar” as pessoas para que fossem mais cívicas, na prática quotidiana.-----

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** complementou e disse que no art.º 9 estava previsto a reapreciação do processo dinâmico, se eventualmente se verificassem factos como por exemplo: “alterações na composição do agregado familiar ou alteração do rendimento familiar”, isso podia ser revisto. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** reportou-se à apreciação pública do regulamento, as pessoas tinham tido oportunidade de se expressar, tinha sido pertinente e perfeitamente enquadrada a intervenção do Sr. deputado José Balugas. Sugeriu à Câmara que não tivesse medo de assumir o “ónus”, pois o que a Sr.ª deputada Fernanda Batista tinha referido era uma realidade, apenas “corrigir” quem trabalha por conta própria e quem trabalha por conta de outrem. -----

----- Congratulou-se com este regulamento e com a acção social subjacente que a Câmara estava a levar a efeito, pois iam atravessar momentos muito difíceis e havia que acautelar essas situações de alguma carência, mais que não seja de ordem financeira, mesmo para não entrarem em outros campos. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria com 1 abstenção do MAR, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Regulamento de Funcionamento da Componente de Apoio à Família nos Estabelecimentos de Educação Pré - Escolar e Acção Social Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico da Rede Pública do Município de Mira. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- Interveio o Sr. deputado José Balugas e disse que a sua abstenção se prendia com o facto do ponto 3 do art.11º, e por entenderem que as crianças não deviam sair nunca prejudicadas por um regulamento, daí a sua abstenção. -----

----- **PONTO 4: Autorização, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 53º. da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para concessão, por concurso público, da exploração do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira.** -----

----- Em representação do Executivo, o **Sr. Vereador Manuel Martins,** usou da palavra e disse que a Câmara Municipal tinha aprovado o concurso público para a concessão de exploração do parque de campismo de Juventude da Praia de Mira, abertura do concurso público e aprovação do programa do procedimento e caderno de encargos junto de procedimentos e respectivas delegações. Mais disse ter sido deliberado submeter à aprovação da Assembleia nos termos da alínea q) do nº2 do art. 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro na actual redacção. -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado José Frade (PSD)** e disse que na sequência do início dos trabalhos e do seu requerimento, disse que era lógica do grupo, iriam proceder à abstenção relativamente ao ponto. Realçou que já na assinatura do protocolo colocou as devidas reservas, aquando da assinatura e entendiam que teriam sob o documento a falta de esclarecimento relativamente aquilo que tinha sido colocado. -----

----- Ainda, referiu que uma vez que o Grupo Municipal do PS entendia que estava apto a votar em consciência a concessão. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Informou que iam fazer chegar por escrito ao Executivo e à Assembleia, após o estudo do documento, aquilo que achavam, que a curto e breve prazo devia ser agendado para a revisão do mesmo, face aos acontecimentos da Assembleia.-----

----- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria** com 7 abstenções do PSD e 1 do MAR, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar o início do concurso público para a concessão de exploração do Parque de Campismo da Juventude da Praia de Mira, com a aprovação das respectivas peças processuais Programa do Procedimento, Caderno de Encargos, júri do concurso e respectiva delegação de competências. -----

----- **PONTO CINCO: autorização, nos termos da alínea q) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para Concessão, por concurso público, da exploração do uso privativo do Bar da Piscina Municipal de Mira.** -----

----- Novamente em nome do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, e explicou que se tratava de um concurso público para a concessão da exploração do uso privativo do Bar da Piscina, abertura de concurso público e aprovação de programa, procedimentos, cadernos de encargos, constituição do júri e respectivas delegações de competências. A proposta tinha sido levada a reunião de Câmara e tinha sido aprovada por maioria com a abstenção dos Sr. Vereadores da oposição. -----

----- Interveio o **Sr. deputado José Frade (PSD)** começou por dizer que tinha faltado pelo Executivo uma informação de “qual a situação actual do bar”, pois a mesma não estava descrita. O mesmo tinha fechado, questionou se tinha havido pagamento dos contratos relativamente a isso, se existiam contenciosos relativamente à situação actual. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Pediu um esclarecimento relativamente ao art.8º pois dizia-se que “as propostas são analisadas tendo em vista o mérito absoluto das propostas individuais. No ponto 2 do mesmo artigo constava “O critério de adjudicação é da proposta mais elevada””, considerando haver contradição nos pontos. Referiu que não estava a alertar para possível alteração mais sim para algo que não estava bem. -----

----- Reportou-se seguidamente ao art.10º onde constava “ 15 dias a contar da data do envio para publicação do anúncio”, considerando que devia ser “a partir da data da publicação do anúncio”, porque quando a Câmara mandava para anúncio podia colocar no site ou no Jornal, mas quando saía em Diário da República é que “valia”. Julgava que eram “15 dias a partir da publicação em Diário da República e não do envio da data para publicação em Diário da República”, questionando se juridicamente estaria ou não errado.-----

----- Terminou e referiu que entre o artigo 13º e 18º do caderno de encargos havia algo que estava a mais ou merecia atenção. Constava no artigo 13.º “é interdito ao concessionário ceder, alienar ou por qualquer outro modo onerar no todo ou em parte momento jurídico” e relacionando com o art.º 18º constava no mesmo que “constitui causas legítimas de concessão: transmissão da concessão para terceiros, sem autorização do município”, considerou haver falta de consonância entre os dois artigos.-----

----- Seguidamente em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**. Informou o Sr. deputado José Frade que no respeitava às questões legais iriam avaliar com os serviços jurídicos se havia alguma oposição legal que merecesse ser corrigida. -----

----- Reportando-se ao art. 8º quanto ao “mérito e preço” esclareceu que estavam a fazer um concurso que ia ser feito por plataforma electrónica de acordo com o CCP, e que grande parte dos artigos apresentados eram de cadernos normalizados, que eram obrigatórios por Lei. O facto



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de constar “mérito técnico” obrigava por lei, mas depois o Executivo tinha definido os critérios de adjudicação e era um apenas, o preço. Por isso é que aparecia o “mérito técnico” e no seguinte o “preço”. Depois tinham que conjugar aquilo que era o caderno de encargos com o programa de procedimento (que definia e determinava a forma como iria correr o concurso), já o caderno de encargos definia as obrigações de cada um deles.-----

----- Quanto às questões jurídicas, e solicitando o envio das mesmas ao Sr. deputado, referiu que iria analisar e avaliar a pertinência jurídica juntamente com os serviços jurídicos. -----

----- O **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins** informou, relativamente à anterior situação do bar, que o antigo explorador do bar não tinha pago na sua totalidade a última tranche, mas estava a pagá-la em prestações, não havendo situações de contencioso.-----

----- Em nome da mesa, interveio o **Sr. Presidente da mesa da Assembleia Municipal**, pedindo ao Executivo para rever os dois pontos que o Sr. deputado José Frade tinha citado, pois também a ele lhe pareciam antagónicos e tendo experiencia naquelas circunstâncias não era possível num lado definir um critério e noutro lado excluir esse critério da avaliação final. Era importante que os critérios fossem revistos, fazendo recomendação ao Executivo para rever os critérios técnicos, de adjudicação e eventualmente voltar a trazer à assembleia para ratificação. -

----- O **Sr. Vereador Manuel Martins** interveio e disse que estavam disponíveis para corrigir o que legalmente estivesse incorrecto, iriam fazê-lo e pediu ao Sr. deputado José Frade que enviasse as informações que lhes tinha dado, por escrito. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Assembleia Municipal deliberou, **por maioria** com sete abstenções, aprovar o início do concurso público para a concessão de exploração do uso privativo do Bar da Piscina Municipal, com a aprovação das respectivas peças processuais,



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

programa do procedimento, caderno de encargos, júri do concurso e respectiva delegação de competências. -----

----- DECLARAÇÃO DE VOTO -----

----- Usou da palavra o **Sr. deputado Juan António (PSD)** para fazer a seguinte declaração de voto: *“Eu abstive-me na votação, porque de facto, li mas não pude estudar o documento condignamente, há aqui um bom instrumento de trabalho e a Câmara poderá partir com aquelas “achegas” do Sr. Presidente da Assembleia e o colega de bancada, mencionaram. A minha abstenção prende-se com a falta de tempo para poder estudar o documento condignamente.”*-----

----- PONTO SEIS: Autorização, nos termos das alíneas i) e q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para concessão, mediante hasta pública, de uso privativo do domínio público de um espaço para instalação de um quiosque sito na Av.ª 25 de Abril, em Mira. -----

----- Em representação do Executivo, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins,** que informou que era mais uma proposta do Executivo para que a Assembleia deliberasse a aprovação do programa de hasta pública para concessão do uso privativo do domínio público de um espaço para instalação de um quiosque sito na Avenida 25 de Abril em Mira. Informou que o referido quiosque não estava a funcionar por desistência do antigo explorador. Na proposta definiram alguns critérios, tendo em vista que o próprio explorador que viesse a adquirir em hasta pública o espaço, tivesse mais alguma forma de subsistir, não só vendendo jornais e revistas mas também poder ter uma venda de tabaco, papelaria, café, lotarias, bebidas em álcool, guloseimas e gelados nos termos das condições do edital em anexo. Também referiu e sendo um dado novo, que era obrigatório no referido quiosque, informação turística e cultural, bem como



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

um espaço dedicado à promoção da Vila de Mira, através da disponibilização de brochuras, mapas desdobráveis e outros meios de divulgação e informação de locais de interesse a visitar. -

----- Informou ainda que o valor base mensal a pagar pelo explorador seria de 75euros. -----

----- Seguiu-se o **Sr. deputado José Frade (PSD)** questionou se tratava da estrutura existente ou se a Câmara iria fazer obras novas ao quiosque. -----

----- Reportou-se ao ponto 4 da parte II, onde dizia “os concessionários vão fazer licitações, aumentando de 10 em 10 euros e que iriam pagar uma renda mensal de 75 euros”. Referiu que algo não lhe “soava” bem, pois poder-se-ia buscar algum dinheiro à licitação. Disse não lhe parecer correcto que a licitação fosse abaixo do valor da renda. Considerou que uma licitação abaixo de 100 euros seria o mais justo para uma renda de 75 euros, pois estavam a concessionar um espaço para 15 anos, interessava ir buscar à licitação as mais-valias sobre isso. -----

----- Para responder ao Sr. deputado José Frade, usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, e disse não ver nenhum problema na licitação de base de 50euros considerou que o importante era ter muitas pessoas interessadas no espaço. Deu como exemplo uma última hasta pública que tinha estado presente, em que o valor de licitação era baixo e atingiu os 1000€. Referiu ainda que a renda era mais importante do que a licitação. -----

----- Autorizado a intervir, usou da palavra o **Sr. Vereador Miguel Grego**, e referiu que o facto do valor da licitação começar baixa não queria dizer nada, era importante cativar pessoas. E mais, se não tivessem pessoas com capacidade de investimento e colocassem uma licitação alta, as pessoas não iam concorrer ao quiosque. As pessoas iam ter um investimento inicial grande corriam o risco de querer de receber de imediato muito dinheiro e depois não ter ninguém e o interesse não era esse, mas sim ter o espaço ocupado com a actividade inerente que reconheciam válida para o Centro da Vila e como tal não queriam afastar os pretendentes e sim cativá-los. ----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, para terminar interveio e disse que lamentava não ter ouvido dos Srs. deputados o regozijo de estar contemplado na hasta pública a obrigatoriedade de no referido quiosque existir a afixação de informação turística e cultural. -----

----- Interveio o **Sr. deputado Juan António (PSD)** e no seguimento da intervenção do Sr. Vereador Manuel Martins começou por dizer que a sua intervenção tinha perdido a oportunidade pois ia abordar a questão da divulgação turística e salientar esse aspecto bastante positivo. -----

----- Referiu que o Executivo devia ter alguma preocupação quanto ao aspecto físico das instalações do quiosque. -----

----- Reportou-se ainda a uma outra situação e relatou que na Praia de Mira havia um espaço público em frente a uma residencial, à Beira mar, e que deviam ter tido mais cuidado naquele espaço, não ao negócio em si, mas referia-se às grades de cerveja amontoadas no chão, e disse que a Câmara deveria debruçar algum rigor naquele particular. -----

----- Estavam a debater a instalação de um quiosque no “coração da vila”, considerando que deviam ter alguma atenção nesse sentido. -----

----- Estava de acordo com a divulgação do Concelho que iam também ao encontro de uma carência que às vezes se falava em “off” que era não haver no centro da vila um posto de turismo. -----

----- Usou da palavra o **Sr. Vereador Dr. Manuel Martins**, que começou por agradecer as palavras do Sr. deputado Juan António, disse que estavam de acordo e que também era posição do Executivo em relação a concessões, harmonizar ou haver um padrão que não ficasse a destoar em qualquer lado. -----



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- A assembleia deliberou **por unanimidade**, autorizar, nos termos das alíneas i) e q) do n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a realização de hasta pública para atribuição da concessão de uso privativo do domínio público de um quiosque, sito em Mira, destinado à actividade de venda de jornais, revistas, artigos de tabacaria e papelaria, lotarias, café e outras bebidas sem álcool, guloseimas e gelados, nos termos e condições constantes do edital em anexo. -----

----- Mais, será obrigatório no referido quiosque a fixação de informação turística e cultural, bem como um espaço dedicado à promoção da Vila de Mira através da disponibilização de brochuras, mapas, desdobráveis e outros meios de divulgação, informação dos locais de interesse a visitar, transportes, alojamentos entre outros e ainda disponibilização de informação relativa às actividades que o turista pode realizar no concelho de Mira. -----

----- Mais deliberou aprovar as condições gerais da hasta pública, que se enunciam de forma sucinta no edital em anexo. -----

----- Mais deliberou aprovar a Comissão/Júri que deverá presidir à hasta pública, composta pelos seguintes elementos: Presidente: Vereador Dr. Manuel Martins; 1º Vogal: Eng.º Rui Silva; 2º Vogal: Dr.ª Carmen Santos; Secretária: Paula Martina Rodrigues dos Santos; Vogal suplente: Vereadora Dr.ª Sandra Pereira. -----

----- Deliberou ainda que se proceda à publicitação, por edital, do acto nos lugares de estilo, no site do Município e nos jornais locais. -----

----- **ENCERRAMENTO:**-----

----- E não havendo mais nada a tratar, pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo dezoito horas e vinte, da qual para constar, se lavrou a presente acta, em que as respectivas deliberações foram todas tomadas conforme se refere no



MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

texto e aprovadas em minuta, assinada no final da reunião, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artº. 92.º da Lei 169/99, de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

